



# Revisão integrativa sobre a interface entre Psicologia Social e Direitos Humanos: caminhos e possibilidades

José Tadeu Acuna<sup>1</sup>

## RESUMO

A Psicologia Social estuda as ações das pessoas considerando as ideologias e valores sociais compartilhados coletivamente por meio das interações entre elas, além de demarcar seu compromisso com a transformação da realidade e na melhoria das condições de vida dos grupos que sofrem com a exclusão e desigualdade social, por isso, investe em processos de humanização e desenvolvimento humano. Sendo assim, objetivou-se investigar e analisar a produção científica no campo da Psicologia Social na perspectiva e desenvolvimento dos Direitos Humanos, a partir de um estudo de revisão integrativa. Para isso, determinou-se o Portal de Teses e Dissertações da CAPES como locus de pesquisa, e, um corte temporal de 10 anos, 2009 a 2019, para a realização do levantamento de teses e dissertações, o qual foi analisado qualitativamente. Os 31 arquivos registrados apresentaram pesquisas empíricas e teóricas, dentre elas, um estudo que relatava experiência em promoção dos Direitos Humanos. Com estes dados, foi possível descrever o panorama em que se encontra a interface investigada e apontar possibilidades de intervenções para a promoção e desenvolvimento de Direitos Humanos nas relações sociais mediadas pela Psicologia Social.

**Palavras-chave:** Psicologia Social; Direitos Humanos; Revisão Integrativa.

## Introdução

A prática dos profissionais brasileiros de psicologia, no início do século XX, era predominantemente clínica ou voltada para o recrutamento, seleção e adaptação de funcionários para o trabalho nas indústrias. Nas escolas realiza manejo comportamental dos alunos, diagnosticava distúrbios mentais e encaminhava aqueles que não correspondiam ao padrão normativo de desempenho social e acadêmico para as escolas ou classes especiais; a psicoterapia, era um serviço caro e procurado pela elite que dispunha de capital para pagar as sessões (LANE, 2017).

De acordo com Lane (2017), nos últimos vinte anos do século XX, a psicologia e sua prática passou por um movimento de redefinições de objetivos, finalidades e

---

<sup>1</sup> Psicólogo. Doutorando e mestre em Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). tadeuacuna@gmail.com



compromisso social. Discussões sobre a desigualdade, grupos de pessoas historicamente marginalizadas devido ao modo Capitalista de produção, condições de sociabilidade humana e práticas psicológicas orientadas à construção de uma sociedade mais democrática foram trazidas à tona. A psicologia não poderia ser mais uma disciplina reprodutora de preconceitos ou que compactuasse com a culpabilização das pessoas por não se adequar aos padrões normativos de desempenho social, comportamento e sexualidade.

A Psicologia Social, no Brasil, também seguiu este movimento e começou a se aliar a luta pela superação das desigualdades sociais, ganhando caráter crítico (LANE, 2017). Seu objeto de estudo passou a ser a ação dos indivíduos, e, dos grupos, enquanto ideológica, a partir da compreensão dos valores compartilhados socialmente, que são elementos basais para o processo de construção da identidade pessoal. Além do mais, foi assumida que a função do psicólogo deveria ser a de contribuir com a construção de uma sociedade mais justa, se preocupando com o desenvolvimento humano nas suas dimensões biopsicossociais.

Neste sentido, o fazer psicológico se orienta aos processos de conscientização, ou seja, o profissional de psicologia deve contribuir para que as pessoas compreendam quem são, onde estão, por que fazem o que fazem, e, principalmente, oferecer subsídios para que elas consigam se desenvolver socialmente com dignidade (MARTIM-BARÓ, 1996). Dessa forma, a Psicologia Social se alia a defesa e promoção de Direitos Humanos (DH).

Basicamente os DH, se fundamentam em três princípios, que estão em defesa da vida, a saber: inviolabilidade, que pressupõe que não seja possível pensar no bem de alguém, em detrimento do mal de outros; Autonomia, todas as pessoas podem e devem ser livres e ter condições de participar dos processos sociais, desde que não fira o direito dos demais; Dignidade, todas são iguais perante as leis e diferentes em suas particularidades, devendo estas serem respeitadas e julgadas de forma justa e igualitária (ONU, 1948).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi tão importante que influenciou a Psicologia como um todo. O próprio Conselho Federal de Psicologia (CFP) (2005), afirma que todos (as) psicólogos (as) têm o compromisso ético e político com a garantia dos direitos universais, justamente por isso, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) (2009), sugere que o (a) profissional deve atuar no campo das políticas públicas, pois é a partir delas que decisões acerca dos direitos civis e serviços sociais, são elaboradas e implementadas.

Defende-se neste trabalho, que a Psicologia Social dispõe de condições teórico-metodológicas para a promoção dos DH, justamente devido ao seu objeto de estudo, que consiste em fenômenos que se interseccionam na relação entre indivíduo e sociedade, tais como violência, saúde, comportamento de grupos sociais, sexualidade, etc. Portanto, a produção de conhecimento advindo dessa área, pode subsidiar intervenções que visam a superação de relações permeadas por valores e práticas que reproduzem desigualdade entre as pessoas.

Azevedo (2009) realizou um estudo de revisão bibliográfica sobre as produções científicas da Psicologia Social em 15 periódicos nacionais e 6 internacionais no período entre 1990 e 2009, com enfoque sobre as obras que discutiam intervenções do profissional de psicologia nesta área. Fizeram parte da análise, 21 artigos, cinco deles relatavam sobre o desenvolvimento histórico e o trabalho em comunidades, 15 debatiam sobre os aspectos teóricos e metodológicos de intervenções com grupos e 1



sobre as bases filosóficas da psicologia social comunitária. O autor concluiu que existem várias teorias sobre a forma de se realizar a Psicologia Social, muitos são os aspectos que necessitam ser investigados, por exemplo, os objetos de estudo e pressupostos teóricos que os fundamentam. Além do mais, assevera que estas são áreas que ainda estão no processo de consolidação de sua identidade no Brasil, haja vista, que até a década de 1980 as obras sobre Psicologia Social, eram importadas da América do Norte e utilizadas apenas para o estudo do comportamento grupal humano. Dessa forma, a área carece de produções que relatam práticas de atuação por parte dos (as) psicólogos (as) sociais.

A partir da investigação do autor supracitado, não foi possível notar pesquisas na perspectiva dos Direitos Humanos ou que abordassem temáticas diretamente relacionadas a eles. Portanto, questiona-se: como tem sido representada a articulação entre Psicologia Social e Direitos Humanos no Brasil, desde o ano de 2009? Que tipos de pesquisas são realizadas nesta interface? Mediante a estes questionamentos, o objetivo geral deste artigo foi investigar e analisar a produção científica no campo da Psicologia Social na perspectiva e desenvolvimento dos Direitos Humanos.

### Método

Delineou-se um estudo baseado no método de revisão integrativa de teses e dissertações que se inserem na área de conhecimento da Psicologia Social e abordando assuntos na perspectiva e desenvolvimento dos DH. Botelho, Cunha e Macedo (2011), orientam que a revisão integrativa deve seguir 6 passos, a saber: identificar o tema e elaborar questões sobre o mesmo; estipular critérios de inclusão e exclusão para a seleção das obras; organizar o levantamento; caracterizar as pesquisas de acordo com os interesses do pesquisador; analisar o conteúdo; apresentar a revisão de forma que responda os objetivos do estudo.

O banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) foi escolhido justamente por ser um órgão que representa, organiza, orienta e reúne as pesquisas científicas brasileiras em uma rede unificada. Determinou-se o corte temporal de 9 anos (2009-2019) para o levantamento das obras, e os seguintes critérios de inclusão: 1) as pesquisas poderiam ser de caráter teórico ou empírico; 2) os textos completos deveriam estar disponíveis para download; 3) os trabalhos necessariamente fundamentados pela Psicologia Social e estarem articulados com temáticas correlacionadas aos DH.

Por sua vez, os critérios de exclusão foram, obras que porventura não estivessem disponíveis na íntegra para acesso e download, que não se valessem da Psicologia Social como aporte teórico e metodológico para o trabalho com temáticas relacionados aos DH. Foram excluídas investigações cujo foco era a elaboração de escalas, formação do psicólogo social, ou quaisquer outras que foram realizadas fora do Brasil.

O levantamento ocorreu no sítio eletrônico <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Foram utilizadas as ferramentas de pesquisa disponibilizadas no ambiente virtual, as quais serão descritas a seguir: palavras Direitos Humanos foram inseridas no buscador; Ciências Humanas como grande área de saber; áreas de concentração escolhida, foi a Psicologia Social a qual abrangia, psicologia social e institucional, psicologia social do trabalho e das organizações, psicologia social comunitária. Realizada a busca, procedeu-se a primeira

leitura dos 205 resumos a fim de identificar quais correspondiam aos intentos e critérios da investigação. Deste processo, resultou em um total de 31 trabalhos os quais foram lidos e analisados. O quadro a seguir representa este levantamento.

### Quadro 1 – Quantificação do levantamento

Autor/ano	Dissertação	Tese	Total
Feitosa (2009); Santos (2009); Silva (2009)	3	0	3
Barboza (2013); Carvalho (2013); Oliveira (2013); Santos (2013);	1	3	4
Eidelwein (2014); Freitas (2014); Machado (2014); Moure (2014); Neves (2014); Santos (2014); Silva (2014)	5	2	7
Lasta (2015); Pereira (2015); Queiroz (2015); Santana (2015); Santos (2015); Weigert (2015); Silva (2015); Tanikado (2015)	3	5	8
Costa (2016); Detoni (2016); Silva (2016); Albuquerque (2016)	2	2	4
Santana (2017); Silva (2017);	2	0	2
Carvalho (2018); Giovanetti (2018); Prestes (2018); Tavanti (2018)	1	3	4

**Fonte:** elaborado pelo autor

Para nortear a leitura, foram elaboradas as seguintes questões: Como o tema Direitos Humanos foi pesquisado e abordado? Que tipo de investigação foi realizada? Além do mais, recorreu-se as orientações de Cervo e Bervian (2002), os autores informam etapas a serem seguidas no processo de revisão integrativa, a saber: primeira, é realizada uma leitura para a familiarização do conteúdo; segunda, procede-se à seleção das informações orientadas pelos objetivos do estudo; terceira, reflexão sobre o conteúdo selecionado na etapa anterior; quarta, análise e discussão de todos os dados.

Dentre as possíveis formas de se realizar a Análise de Conteúdo, optou-se pela categorial (BARDIN, 2009). Mediante aos objetivos da pesquisa, o pesquisador direciona seu olhar para determinada informação contida no texto lido a fim de responder seus objetivos, com isso, é possível construir categorias, que são representantes das informações levantadas. Neste sentido, orientou-se a leitura dos resumos com o intuito de identificar como as temáticas referentes aos DH foram abordadas pelos autores, explicitando o tipo de pesquisa realizada. No caso da proposta em tela, foram construídas duas grandes categorias, a primeira composta por investigações de caráter empírico, e a segunda, teórico. Após este momento, discutiu-se os dados qualitativamente à luz do referencial teórico e objetivos da pesquisa (LANE, 2017).

### Resultados e Discussões

Compuseram a categoria “Pesquisas Empíricas”, várias investigações com diferentes temáticas e sujeitos, as quais se fundamentaram na teoria das Representações Sociais<sup>2</sup>. O quadro abaixo sintetiza as informações.

<sup>2</sup> Representações Sociais são entendidas como a forma como os indivíduos pensam, sentem e agem em relação a determinado contexto ou situação em que se inserem (LANE, 2017).

**Quadro 2 – Pesquisas empíricas embasadas na teoria das Representações sociais**

Tipos de participantes	Temáticas investigadas
Funcionários do setor público	Direitos sociais de pessoas em situação de deficiência; vulnerabilidade social; adoecimento mental
Estudantes universitários de escola militar	Garantia dos direitos universais das pessoas
Usuários de serviços do Sistema Único de Saúde	Direitos humanos
Telespectadores de jornais	Direitos humanos em telejornais
Mães em situação de risco	Socialização entre mães e filhos sobre respeito, tolerância e dignidade
Funcionários de serviços sociais	Qualidade do funcionamento da oferta de serviços à população
Agentes de saúde e psicólogos	Reforma psiquiátrica e as condições de um Centro de Atendimento Psicossocial
População negra de uma universidade	Ações afirmativas para negros e pardos de uma universidade

**Fonte:** elaborado pelo autor

A categoria “Pesquisas Teóricas”, abrangeu investigações de revisão bibliográfica, documental e ensaios. O quadro sintetiza o encontrado:

**Quadro 3 – Pesquisas Teóricas**

Tipo de estudo	Temática investigada
Revisão bibliográfica	Condições sociais da mulher negra na sociedade; violência contra pessoas homossexuais e transexuais;
Documental	Legislação e serviços de atendimento às pessoas transgêneras usuários do SUS
Ensaio teórico	Aplicação de medidas socioeducativas destinadas a menores infratores; pessoas que sofreram alguma ação violenta por parte de policiais; direitos de mulheres internadas em manicômios judiciais; qualidade dos serviços da Assistência Social para a população em situação de risco

**Fonte:** elaborado pelo autor

As pesquisas de caráter empírico, que levantaram as representações sociais, opiniões e atitudes frente aos temas correlacionados aos DH indicaram que os direitos não são respeitados e que existe uma grande disparidade entre o que é previsto pelas leis e o que ocorre na sociedade, principalmente quando a questão é sobre condições igualitárias para o acesso a serviços. De forma semelhante, as pesquisas de caráter teórico também indicaram a contradição apresentada pelas empíricas, com maior enfoque na discussão e crítica sobre o modo de produção social, que contribui com a criação de contextos possibilitadores de violência, desigualdade de gênero e socioeconômica.

Cabe pontuar que apenas o trabalho de doutoramento de Barboza (2013) implementou um tipo de intervenção, Educação em Direitos Humanos. Em sua pesquisa a autora observou representações sociais que indicavam pouca sensibilidade em relação aos grupos que



transgridem leis, além de tendências à ações violentas dirigidas aos mesmos. Neste sentido, foi proposta formação em direitos humanos tendo em vista transformações de suas representações para outras que prescindam do uso de violência em suas práticas cotidianas.

Considerando o período de 1980 até 2019, o que se nota a partir desta revisão é que a Psicologia Social incorporou temáticas relacionadas aos DH problematizando a organização e gestão social, abrangendo questões ligadas a Educação, Saúde, Habitação, Saneamento Básico, Trabalho (LANE, 2017). Contudo, a revisão bibliográfica indicou um dado que precisa ser discutido para além de sua aparência, que é o fato do reduzido número de relatos de experiência de psicólogos sociais promovendo DH a partir de suas intervenções.

É mister pontuar que o levantamento contou com apenas dois tipos de produções específicas, teses e dissertações, em um único sítio de busca, portal da CAPES, dessa forma, é preciso investigar a publicação de artigos, capítulos de livros e anais de congressos para se afirmar que pouco é produzido no campo investigado. Além do mais, não se pode provar que psicólogos (as) sociais não estejam lutando pela promoção dos DH em sua atuação cotidiana. Considera-se que muitos profissionais podem estar preocupados com o desenvolvimento dos DH em suas práticas, porém, no momento da elaboração da escrita científica, não fazem a menção deste conceito (Direitos Humanos) na tese ou dissertação produzida.

No código de ética do profissional de psicologia (CFP, 2005) é previsto na sua atuação, independente do contexto ou abordagem teórica, o comprometimento com a dignidade humana e respeito às diferenças, por isso, qualquer psicólogo (a) deve ter como eixo estruturante de sua prática a promoção e respeito dos DH e o compromisso com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária. Neste direcionamento, acredita-se que deva existir maior número de autores publicando teses e dissertações elaboradas a partir do viés teórico da Psicologia Social relatando experiências promotoras de DH, porém, não utilizam deste termo no corpo do manuscrito.

A fim de minimizar a lacuna encontrada na produção científica, especificamente sobre o número reduzido de relatos de experiência, serão apresentadas e sugeridas discussões que possam estimular a pesquisa em Psicologia Social no tocante à promoção dos DH. Martim-Baró (1996) defende que processos de conscientização possibilitam o empoderamento das pessoas, facilitando a articulação em coletivo para se lutar por melhorias nas condições de vida, cabendo ao (a) psicólogo (a) mediar tal processo.

O processo de conscientização se ancora em três aspectos basilares: 1) ele ocorre por meio das interações interpessoais; 2) Conscientizar é decodificar a realidade e perceber que existem mecanismos de opressão social, os quais visam estabelecer uma sociedade de classes; 3) Quando a pessoa compreende que existem jogos de poder nas relações e se identifica no meio desta trama, pode reconfigurar sua condição de cidadão, inclusive orientando suas forças para a defesa e garantia de seus direitos e deveres.

Ao compreender seu lugar na sociedade, o indivíduo por meio da codificação de sua realidade percebe que existem mecanismos de opressão e massificação que o atingem e avilta seus direitos como cidadão. Martim-Baró (1996), afirma que o processo de conscientização pressupõem o desvelamento da ideologia dominante, que basicamente, consiste no reconhecimento da existência de grupos sociais que disseminam ideias pela sociedade, visando que estas sejam apropriadas pelas pessoas, deturpando a interpretação realidade vivida, no sentido, de que elas não consigam perceber os mecanismos de poder que as oprimem e marginalizam.



Para além do desenvolvimento da criticidade em relação à vida em sociedade, o processo de conscientização contribui para que as pessoas consigam reconhecer quem elas são, o que podem vir a ser, bem como, o que é necessário para se tornar o que desejam a partir da análise de sua condição pessoal e social. Sendo assim, o (a) profissional de psicologia poderá orientar os sujeitos de sua intervenção para atuarem ativamente em seu meio, conquistando seus direitos e deveres como cidadãos. Martim-Baró (1996, p.17), esclarece que: “Ao afirmar que o horizonte primordial da psicologia deve ser a conscientização, se está propondo que o psicólogo busque a desalienação das pessoas e grupos, que as ajude a chegar a um saber crítico sobre si próprias e sobre sua realidade”.

### Conclusão

O presente artigo, por meio de um estudo de revisão integrativa, constatou que a Psicologia Social tem abordado temas correlacionados aos DH na perspectiva crítica e política, de denúncia e problematização, com destaque a um relato de experiência sobre intervenções que colaboraram na promoção desses direitos. Apesar deste número ser reduzido, não é possível afirmar que os profissionais de Psicologia Social estejam descomprometidos com a promoção dos DH, afinal, no próprio código de ética do (a) psicólogo (a) é exigido uma atuação orientada à construção de uma sociedade justa e digna para todos. O que se afirma é baixa recorrência do emprego do termo DH nas teses e dissertações.

Entende-se que a Psicologia Social está em processo de edificação e implementação de práticas que favoreçam a construção de uma sociedade mais justa e democrática. Para que isso ocorra, analisar a estrutura social e denunciar relações de aviltamento de Direitos Humanos não basta, é preciso intervir nestes contextos de forma a superar tais condições. Uma possibilidade é a do psicólogo (a) promover a conscientização junto a grupos de pessoas em situação de vulnerabilidade, empoderando-as para lutar pelos seus direitos como cidadãos. Concebe-se que este tipo de ação proposta pela Psicologia Social seja de formação política, inclusive este é um diferencial quando comparado com outros métodos e abordagens de intervenção psicológica.

Este trabalho é finalizado a partir de uma sugestão. Afirma-se que a pesquisa científica em psicologia tem grande potencial para transformar contextos e sujeitos, ela pode ser instrumento de resistência e luta a favor de uma sociedade mais justa e democrática, por isso, sugere-se aos profissionais da ciência psicológica considerar a realização de investigações de caráter prático com maior frequência. Neste sentido, será viabilizada e fortalecida uma rede de comunicação e compartilhamento de experiências que reúne intervenções promotoras de DH nos mais diferentes espaços de atuação. Esta articulação em coletivo é um passo fundamental na luta contra uma sociedade que privilegia a propagação da desigualdade social.

## Integrative review on the interface between Social Psychology and Human Rights: paths and possibilities

### ABSTRACT

Social Psychology studies the actions of people considering the ideologies and social values shared collectively through interactions between them, in addition, demarcating their commitment to transforming reality and improving the living conditions of groups that suffer

from exclusion and social inequality, therefore, invests in humanization and human development processes. Thus, the objective was to investigate and analyze scientific production in the field of Social Psychology from the perspective and development of Human Rights, based on an integrative review study. For this, the CAPES Thesis and Dissertations Portal was determined as a research locus, and a 10 year time cut, 2009 to 2019, for the survey of theses and dissertations, which was analyzed qualitatively. The 31 registered files presented empirical and theoretical research, among them, a study that reported experience in promoting Human Rights. With these data, it was possible to describe the panorama in which the investigated interface is found and to point out possibilities of interventions for the promotion and development of Human Rights in social relations mediated by Social Psychology.

**Key words:** Social Psychology; Human Rights; Integrative Review.

## Referências

ALBUQUERQUE, Rosiane Alves de. **Representações sociais de universitários sobre a comissão nacional da verdade**. 2016. 152f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9088>. Acesso em: 28 fev. 2020.

AZEVEDO, Adriano Valério dos Santos. A psicologia social, comunitária e social comunitária: definições dos objetos de estudo. **Psicologia & foco**, v.2. 64-72. 2009. Disponível em: [http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161\\_013426\\_Formatado7-PsicologiaSocialComunitaria.pdf](http://linux.alfamaweb.com.br/sgw/downloads/161_013426_Formatado7-PsicologiaSocialComunitaria.pdf). Acesso em: 28 fev. 2020.

BARBOZA, Miriane da Silva Santos. **Educação em Direitos Humanos em uma instituição militar**. 2013. 252f. Tese (Doutorado em Psicologia –Psicologia Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa –PB, Brasil. 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6937/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Ed. Lisboa. 2009.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e sociedade**, v. 5, n. 11, p. 121-136, 2011. Disponível em: <https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220>. Acesso em: 10 abr. 2020.

CARVALHO, Júlia Dutra de. **Cadernos Negros: tramas entre políticas públicas, juventudes, relações étnico-raciais e formações em psicologia**. 153f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2018. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/174621>. Acesso em: 16 mar. 2020.

CARVALHO, Luiz do Nascimento. **Violência policial militar em Goiás: sofrimento e resistência**. 2013. 304 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17011>. Acesso em: 30 mai. 2020.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. **Código de ética profissional do psicólogo**. 2005.





COSTA, Nicole Gonçalves. da. **Do disque denúncia ao call center: os limites do Disque 100 para a realização da denúncia de violência contra a população LGBT.** 2016. 214f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte. 2016. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pospsicologia/egressos/dissertacoes-mestrado/dissertacoes-mestrado-defendidas-em-2016/>. Acesso em: 12 jan. 2020.

CREPOP. Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS/Conselho Federal de Psicologia (CFP).** Brasília, DF: CFP. 2009.

DETONI, Priscila Pavan. **A produção performativa do gênero nas práticas da Assistência Social.** 2016. 189f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v26n1/1806-9584-ref-26-01-e45084.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2020.

EIDELWEIN, Carolina. **Das tensões e intenções de tornar-se apoiador na máquina do Estado.** 2014. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/151354>. Acesso em: 21 fev. 2020.

FEITOSA, Izayana Pereira, **Representações sociais de direitos humanos de estudantes pessoenses de escolas públicas e privadas.** 2009. 157 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6993>. Acesso: 19 fev. 2020.

GIOVANETTI, Fernanda Zanetti Cinalli. **A negação da clínica na Saúde Mental: impossibilidade para sustentação da proposta antimanicomial.** 2018. 239f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-23082018-155542/pt-br.php>. Acesso em: 22 jun 2019.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer. **O que é psicologia social.** Ed. Brasiliense. 2017.

LASTA, Letícia Lorenzoni. **Políticas de assistência social no Brasil: o Governo da Vida pela Proteção e Inclusão social.** 2015. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/141505>. Acesso em 12 out 2019.

MACHADO, Pâmela de Freitas. **Vai ouvir a nossa voz: reforma psiquiátrica, psicologia e política.** 2013. 13 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/845>. Acesso em: 23 jan. 2020.

MARTÍM-BARÓ, Ignácio. O papel do psicólogo. **Estudos de psicologia**, 2(1), 7-27. 1996. Retirado de: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/epsic/v2n1/a02v2n1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2020.

MOURE, Andrea Paola. **Manicomialidade hoje no ensino e na pesquisa em Psicologia no Rio de Janeiro & Reflexões sobre o cuidado.** 2014. 188f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_d8704f87dd14505e68b5f61fb05c4177](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_d8704f87dd14505e68b5f61fb05c4177). Acesso em 11 abr. 2020.

NEVES, Carla Malinowski. **A intersectorialidade no sistema nacional de atendimento socioeducativo:** experiências no município de Porto Alegre-RS. 2014. 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/115068?locale-attribute=en>. Acesso em: 18 mai 2020.

OLIVEIRA, Thiago Morais. **Violência Policial contra minorias sociais no Brasil e na Espanha:** justificativas para o posicionamento de estudantes universitários. 2013. 399f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2013. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6910?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6910?locale=pt_BR). Acesso em: 30 mai 2019.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Retirado de em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em 29 fev 2020.

PEREIRA, Vanessa Marinho. **Entre corpos abjetos e zonas de monstruosidade:** traçados e passeios pela legislação. 2015. 87f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: [https://www.academia.edu/25589981/Entre\\_corpos\\_abjetos\\_e\\_zonas\\_de\\_monstruosidade\\_tra%C3%A7ados\\_e\\_passeios\\_pela\\_legisla%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/25589981/Entre_corpos_abjetos_e_zonas_de_monstruosidade_tra%C3%A7ados_e_passeios_pela_legisla%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 23 nov 2019.

PRESTES, Clélia Rosane dos Santos. **Estratégias de promoção da saúde de mulheres negras:** interseccionalidade e bem-viver. 2018. 206f. Tese (Doutorado em Psicologia Social)—Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-14112018-184832/pt-br.php>. Acesso em: 30 mai. 2019

QUEIROZ, Pablo Vicente Mendes de Oliveira. **O papel da socialização materna na construção das representações sociais sobre os direitos humanos.** 2010. 219f Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2010. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11615?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11615?locale=pt_BR). Acesso em: 12 out 2019.

SANTANA, Santana, Chinaira Raiazac Faria. **Inserção laboral de travestis e transexuais na cidade de São Paulo:** o Programa TransCidadania. 2017. 186 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20490>. Acesso em: 14 dez 2019.

SANTANA, Gustavo Clayton Alves. **Favelas e controle estatal:** um estudo em representações sociais. 2015. 133f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_30ea2485e5c607710aa00c118331a277](http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_30ea2485e5c607710aa00c118331a277). Acesso em: 25 Dez 2019.

SANTOS, Anderson Mathias Dias. **A difusão de representações sociais dos direitos humanos pelo jornal nacional.** 2014. 126 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6965>. Acesso em: 21 jul. 2019.

SANTOS, Jean Fernando dos. **A experiência da participação em conselhos de políticas públicas:** uma análise psicossocial. 2015. 167f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17105>. Acesso em: 12 mai. 2020.



SANTOS, Miriane da Silva. **As Representações Sociais de Funcionários de uma instituição Ressocializadora sobre os direitos humanos.** 2009. 150f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/6894/1/arquivototal.pdf>. Acesso em: 13 jan 2020.

SANTOS, Monique de Jesus Bizerra dos. **Nos bastidores da revolução dos direitos e deveres: a estranha natureza do Estado e das políticas públicas.** 141f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal do Sergipe. Aracaju. 2013. Disponível em: [http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFS-2\\_6f493b6446d760c8ecc654de66ebc13b](http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_6f493b6446d760c8ecc654de66ebc13b). Acesso em: 16 mai 2020.

SILVA, Ana Cristina Serafim da. **A atuação da rede de proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes: fios de tecituras na proteção dos direitos.** 2016. 239f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/8701>. Acesso em: 30 abr 2020.

SILVA, Daniele Aparecida da. **Inclusão social de alunos com necessidades educacionais especiais em contexto escolar por atores sociais da escola.** 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2009. Disponível em: <http://www.inclusive.org.br/arquivos/16343>. Acesso em: 16 mai 2020.

SILVA, Rose Mary Costa Rosa Andrade. **As construções simbólicas dos profissionais da saúde sobre humanização: um estudo no campo das representações sociais.** 2015. 218 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: [http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UERJ\\_c13eb451680037aef2db28c8299474de](http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UERJ_c13eb451680037aef2db28c8299474de). Acesso em: 24 jul. 2019.

SILVA, Valdenice Portela. **A discriminação da mulher negra no setor industrial sergipano entre 2007 e 2014: Uma análise dos impactos da norma de responsabilidade social empresarial.** 2017. 148f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal do Sergipe. Aracaju. 2017. Disponível em: [http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFS-2\\_44eb8c12a80d7a2869f5bc3d3e9a42](http://bdt.d.ibict.br/vufind/Record/UFS-2_44eb8c12a80d7a2869f5bc3d3e9a42). Acesso em: 23 abr. 2020.

SILVA, Édio Ranieri da. **A invenção das medidas socioeducativas.** 2014. 198f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87585/000911217.pdf?sequenc>. Acesso em: 27 mai. 2019.

TANIKADO, Grace Vale Feitag. **Ações Afirmativas na UFRGS: um percurso cartográfico.** 2015. 125f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/141530>. Acesso em: 10 jan. 2020.

TAVANTI, Roberth Miniguine. **A rebelião das andorinhas: saraus como manifestação político-cultural na Zona Sul de São Paulo.** 2018. 170 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/20869>. Acesso em 10 jan.2020.

WEIGERT, Mariana de Assis Brasil. **Entre silêncios e invisibilidades: as mulheres em cumprimento de medidas de segurança nas instituições punitivas brasileiras.** 2015. 211f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do



Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2015. Disponível em:  
<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140989>. Acesso em: 15 fev. 2019.

Recebido em: 04/04/2020

Aprovado em 02/06/2020